

A América Inviolável: O Fim de Um Mito

Cristina Soreanu Pecequilo*

O dia 11 de setembro de 2001 dificilmente será esquecido por todos, sejam eles especialistas em política internacional, pessoas interessadas no assunto ou meramente espectadores diários dos telejornais. Neste dia, quatro aviões de passageiros sequestrados dentro dos EUA, de companhias locais, American Airlines e United Airlines, e comandados por terroristas atingiram símbolos tradicionais do poderio econômico e militar americano, causando milhares de mortes e destruição. Em Nova Iorque, dois ataques de boeings provocaram a explosão e o desabamento das torres gêmeas do World Trade Center e na capital Washington DC, o Pentágono foi atacado, surgindo hipóteses posteriores que outros alvos possíveis (e preferenciais) seriam a própria Casa Branca e o avião presidencial, Air Force One. O quarto avião caiu em uma floresta em Pittsburgh, aparentemente sem ter atingido seu objetivo que seria Camp David. Tanto dentro quanto fora dos EUA, assistimos perplexos a destruição e, principalmente, a queda de um mito, o da inviolabilidade do território continental americano.

Preservado pelos mares e fronteiras, a massa terrestre dos EUA sempre foi encarada como um alvo relativamente inacessível em tempos de guerra ou a ataques terroristas. Tal percepção não vinha somente do fato geopolítico, da proteção trazida pelos oceanos Atlântico e Pacífico ou pela relação de amizade existente ao norte com o Canadá e ao sul com o México, mas de uma realidade concreta. Ao longo dos anos, os EUA passaram por duas guerras mundiais, a Guerra Fria, conflitos menores com Coréia e Vietnã, mantendo-se praticamente ilesos frente a uma violenta penetração externa. Embora esta penetração tenha ocorrido, mencionando-se episódios esporádicos como Pearl Harbor em 1941 e o atentado ao próprio World Trade Center em 1993, as circunstâncias foram diferentes. No caso de Pearl Harbor, que hoje está sendo diretamente comparado aos incidentes, algumas semelhanças e muitas diferenças precisam ser apontadas. Dentre as semelhanças,

* **Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora de Relações Internacionais (UNIBERO).**

MERIDIANO
47
O

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 16
Outubro – 2001



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A América Inviolável: O Fim
de Um Mito**

Cristina Soreanu Pecequilo

**A vulnerabilidade dos Estados
Unidos perante os novos
inimigos**

Virgílio Caixeta Arraes

**Os atentados terroristas nos
Estados Unidos: uma reflexão**

Eiiti Sato

**11 de setembro – os Estados
Unidos e a Ordem Internacional**

Miriam Gomes Saraiva

**Aliança Contra o Terrorismo: da
Globalização Econômica à
Globalização Político-Militar**

Eduardo Viola e Hector Leis

**Paz aos mortos... Mas o mundo
é dos vivos!**

Antonio Jorge Ramalho da Rocha

**Pós 11 de setembro de 2001 –
Integração Econômica versus
Estabilidade na Ásia-Pacífico**

Paulo Antônio Pereira Pinto

podemos destacar o aspecto “kamikaze” dos ataques, nos quais o desejo de morte e vingança por parte dos perpetradores do ato era bastante elevado.

Todavia, maiores são as diferenças: estávamos em uma época de guerra, o inimigo era claramente definido, o ataque foi realizado em uma base distante do continente e, por fim, é sabido que o governo americano permitiu o desenrolar dos acontecimentos para convencer a opinião pública ainda isolacionista da necessidade do país entrar na guerra. No caso do atentado anterior ao World Trade Center, também realizado no início de mandato de uma presidência nova, tivemos uma ação isolada e localizada, causando poucos estragos humanos e materiais. Outros ataques, como aos das embaixadas na África e ao navio estacionado em Iemen, sempre estiveram distantes do público e do território americano. Na verdade, até agora, as principais tragédias da história, começando pela Guerra da Secessão e chegando à explosão de Oklahoma em 1995 patrocinada por grupos racistas de extrema direita branca, tendo ocorrido recentemente a execução de Timothy McVeigh, nasceram das contradições internas de sua sociedade.

Assim, os acontecimentos deste Setembro derrubaram uma das nossas poucas certezas sobre a segurança global e provaram que a única superpotência restante é tão vulnerável quanto qualquer outro país. Embora alguns estrategistas já viessem alertando para isso não houve muita ressonância e preocupação. Inclusive, foram levantadas hipóteses que cogitavam as perspectivas de guerras biológicas e químicas, com ações pontuais e graduais, ou mesmo explosões localizadas, mas dificilmente chegou-se a prever uma catástrofe e operação de tal extensão. Segundo estas análises, no pós-Guerra Fria a insegurança americana aumentara e não diminuía, sem

haver uma compatível reavaliação dos mecanismos de defesa, voltados para o exterior e não para o doméstico. Provou-se que a fragilidade americana não era só aparente, como real.

Chama a atenção a escolha dos alvos: símbolos tradicionais do modo de vida e do poder americano como mencionamos e não necessariamente locais

chave que possam prejudicar a capacidade de resposta ou de retomar em alguns dias as atividades normais do país, ainda que sob o signo do medo e da destruição. Tais símbolos são fáceis de identificar e sempre estiveram presentes no imaginário interno e externo como prova do sucesso e da grandiosidade da América. Cada um de nós, certamente, já havia visto um cartão postal ou algum filme com estes locais, mostrando sua imponência ou a sua destruição. De certa forma, uma vez mais a vida reproduziu a realidade fabricada por Hollywood, pois inúmeras vezes os alvos atingidos já haviam sido destruídos nas

telas escuras do cinema por asteróides, alienígenas, americanos ou terroristas estrangeiros. No caso, uma das razões da perplexidade que tanto atinge ao mundo nasce um pouco desta mistura de ficção e realidade, havendo uma relativa dificuldade em separarmos a verdade da fantasia.

Mais do que estrategicamente e economicamente, as implicações são morais, atingindo de frente bastiões da sociedade americana e seus valores, a liberdade e a segurança de ir e vir em seu próprio território e a sensação de normalidade fundamental para o cotidiano (*freedom and sense of normalcy*). Embora em poucos dias as atividades possam ser retomadas, a sensação de vulnerabilidade demorará a desaparecer (ou pelo menos ser relativizada), principalmente se nenhum culpado claro for apontado. Para os EUA, os ataques foram atos de guerra, com a presidência e suas agências assumindo a promessa de en-

“Surgem as perguntas: e se os terroristas forem de fato americanos brancos? Ou, não poderiam ser os terroristas cidadãos americanos de origem estrangeira ou imigrantes, podendo desencadear uma onda de xenofobia contra alguma minoria? E o endurecimento das leis da imigração?”

contrar e caçar os culpados pelos atentados. Porém, como abordado no artigo de Virgílio Arraes em Relnet, está é uma tarefa difícil na qual existem perigos cada vez mais pulverizados e inimigos sem face, fazendo uso das palavras presidenciais de Bush. A retaliação, não devemos nos enganar, será profunda e pesada quando acontecer, mas ainda é preciso definir contra quem e onde.

Em primeira mão, e a partir das investigações realizadas, o foco parece recair sobre Osama Bin Laden, que teria comandado suas ações do Afeganistão (ou Paquistão) só que não é possível que descartemos nenhuma hipótese, seja ela do terrorismo interno dos defensores da supremacia branca, de grupos radicais que apóiam a Palestina ou contrários à globalização. Todavia, o perfil do ataque pode nos levar a algumas conclusões: sua logística indica uma ação de preparo longo e custoso, altamente bem organizada e sigilosa, passando despercebida pelos serviços de inteligência americanos e internacionais. Além disso, é um ataque que foi baseado internamente, não tendo sido cometido de fora para dentro, possuindo uma estrutura humana e mesmo material nos EUA. Por fim, as pessoas que cometeram estes atos estavam altamente preparadas para efetuar a operação, sendo capazes de pilotar os aviões e profundamente motivadas para morrer por sua causa. Surgem as perguntas: e se os terroristas forem de fato americanos brancos? Ou, não poderiam ser os terroristas cidadãos americanos de origem estrangeira ou imigrantes, podendo desencadear uma onda de xenofobia contra alguma minoria? E o endurecimento das leis da imigração?

Além desta óbvia e normal declaração de guerra contra o inimigo, o governo americano tem demonstrado atitudes que causam preocupação, revelando a fragilidade da atual presidência e sua equipe. Apesar de composta por figuras que já participaram de governos anteriores, a administração e o presidente passaram o primeiro dia dos ataques em uma posição defensiva que não passou a sensação de segurança necessária para a população. As declarações de Bush foram bastante genéricas e sua postura provou na tela,

e mesmo em não ter voltado diretamente para DC depois dos incidentes, que algo que todos já sabiam é verdadeiro: não existe em sua pessoa um líder presidencial. Collin Powell, Secretário de Estado estava fora do país, Dick Cheney, Condoleeza Rice e Donald Rumsfeld em casa, mas fora dos holofotes em reuniões de “segurança nacional”, deixando um vácuo bastante grande, com figuras locais como Rudolph Giuliani e George Pataki assumindo posturas mais presentes (respectivamente prefeito de NY e governador do Estado). No Congresso que, segundo os primeiros boatos, também teria sido atacado, as manifestações foram de apoio imediato à presidência, prometendo-se a renovação e aprofundamento do espírito bipartidário, embora não tenham deixado de surgir críticas e perguntas que quase todos compartilham: como um país que gasta tanto com defesa não pode se proteger com antecedência? Como não se prevenir a ação dos outros aviões depois do primeiro choque? Onde estavam os serviços de inteligência?

Parece que ao perderem seu poder de ofensiva, os republicanos não puderam encontrar um rumo (unilateralismo com desconhecimento e falta de força são uma combinação perigosa). Os ataques são, em parte, produto de um processo histórico normal de contestação da liderança e uma resposta à crescente arrogância e prepotência da política externa republicana geradas pelas alterações táticas dos últimos meses. Como estamos analisando nesta coluna, Bush perseguiu um curso de confrontação e agressividade com seus principais aliados e potências centrais como Rússia e China, adotando posições unilaterais sobre o Protocolo de Kyoto e a construção do sistema de defesa anti-mísseis, não se podendo esquecer do episódio do avião-espião. Igualmente, frente à escalada de violência no Oriente Médio, a posição americana é de distanciamento e omissão, produzindo como resultado prático a continuidade das ações israelenses. Hoje, estes mesmos aliados e potências contrariadas são os que apóiam os EUA e que expressam indignação frente ao terrorismo, prometendo uma resposta conjunta da comunidade internacional. Especificamente, a OTAN já demonstrou

a coesão da aliança também estando, como as forças armadas americanas, em estado de alerta máximo.

Finalmente, dentre as tendências adicionais que podemos apontar, estaremos diante de uma nova fase da política internacional que poderá levar a uma tensão crescente nos relacionamentos globais, marcando a transição. Surge como uma dúvida das mais constantes, haverá uma terceira guerra mundial a partir da retaliação americana? Muito provavelmente não, pois o episódio não envolveu o ataque de uma grande potência aos EUA, mas sim um inimigo diferenciado e localizado. A chance de uma guerra mundial é pequena a não ser que as questões maiores de ordem entre americanos, russos, chineses e europeus tomem a linha de frente das discussões, ultrapassando os limites deste atentado. Isto pode acontecer? Talvez, mas seria preciso um longo caminho de escalada e desentendimento entre os principais atores. Mais do que enfrentar os EUA hoje, seus possíveis desafiadores estão observando e também se protegendo de suas próprias contradições.

Ao mesmo tempo, tanto poderemos assistir ao início do declínio do segundo século americano, como ao seu maior aprofundamento pelo aumento da mobilização interna, inflando o orçamento militar para todos os setores e disseminando entre a população um nacionalismo e patriotismo renovados. Igualmente, as implicações serão sentidas em todo o

sistema, processando-se reavaliações de política externa. Economicamente, os EUA caminhavam para a recessão, os ataques podem significar tanto a sua continuidade quanto a sua recuperação, também por meio da sugerida maior mobilização da sociedade. Contudo, todas estas são hipóteses as quais certamente voltaremos nos próximos artigos, examinando desde a posição americana, como dos demais países, nos beneficiando daqui há alguns dias de um maior distanciamento e de novos fatos.

Ao lado da surpresa, está também a consciência de que vivemos um momento importante: assistimos a história se desenrolar perante nossos olhos, podendo nos manter como espectadores ou acordar do marasmo do pensamento único para nos tornarmos sujeitos mais ativos de reflexão e transformação. Se para alguns houve indignação, para outros a comemoração ao se imaginar que as primeiras ruínas do arrogante império estavam sendo produzidas. Mais do que nunca as opções nos parecem abertas e nos perguntamos se esta não será, finalmente, a última fase da prolongada transição do pós-Guerra Fria. Porém, também devemos nos perguntar se estamos prontos para enfrentar uma possível aceleração do processo histórico ou se por ele seremos tragados, pagando, por nosso despreparo, um alto preço em ignorância, imobilismo, sangue, terror e morte.

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Além disso, o Boletim *Meridiano 47* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília.

Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* “Contribuição para Meridiano 47”.

A vulnerabilidade dos Estados Unidos perante os novos inimigos

Virgílio Caixeta Arraes

No novo milênio, há a crença firmada de que ele se iniciava com a supremacia indiscutível dos Estados Unidos, país vencedor dos conflitos mundiais ao longo do século XX: I e II Guerras Mundiais (respectivamente, 1918 e 1945) e Guerra Fria (1991). O século XX, pode-se afirmar, foi norte-americano, à medida que, além do plano militar, o país gerou inovações tecnológicas que marcaram o campo da produção industrial – telecomunicações, energia elétrica, aeronáutica e engenharia civil (arranha-céus) – e o de cultura de massas – cinema, quadrinhos, música, parques de diversão.

A América do Norte foi e é um pólo de atração para imigrantes de todo o mundo em busca da realização do sonho, personificado no *american way of life*, da liberdade, do progresso, do individualismo, da livre-empresa etc. Após o final da I Guerra, o mundo foi marcado por duas vertentes ideológicas díspares: o capitalismo norte-americano e o socialismo russo/soviético. Alguns anos depois, despontaria, em meio à crise econômica de 1929, a Terceira Via, personificada pelo nazi-fascismo. Após 1945, com a derrota da 3ª Via, a América do Norte seria o norte ideológico do Ocidente, ampliado em número de países com o surgimento dos movimentos de descolonização. Os Estados Unidos atingiriam, então, o auge de seu modelo sócio-político nas décadas de cinquenta e sessenta.

Com um declínio nas décadas seguintes, deixa de ser o modelo para o Ocidente, continuando o

país o seu predomínio ideológico e militar, apesar da derrota na Guerra do Vietnã (1975), do crescimento do desemprego e da violência urbana nas grandes cidades. No bloco ocidental, Alemanha Ocidental e Japão, embora se mostrassem como países mais dinâmicos economicamente, não possuíam capacidade para liderança mundial. Ao mesmo tempo, a URSS já não demonstrava a mesma vitalidade econômica apresentada nos anos seguintes ao pós II Guerra. Chegaria ao ponto de não poder efetuar, com eficiência, a Terceira Revolução Industrial, a da Informática, na década de setenta.

A Queda do Muro de Berlim em 1989 e o fim formal da URSS em 1991 somados à vitória na Guerra do Golfo, também em

1991, solidificariam a predominância dos Estados Unidos no século XX. Todavia, o desaparecimento de um Estado como oponente gerou ou reforçou outros inimigos, quase invisíveis em relação à atuação militar tradicional, como o terrorismo, com suas variantes religiosas, separatistas e étnicas.

Os EUA têm sido alvo constante de atentados terroristas há anos, em todo o mundo, quer contra estabelecimentos diplomáticos e militares, quer contra prédios civis, como o próprio World Trade Center, em 1993, com seis mortos e inúmeros feridos.

O conjunto de atentados de hoje supera o impacto do ataque a Pearl Harbor, efetuado pelo

“O conjunto de atentados de hoje supera o impacto do ataque a Pearl Harbor, efetuado pelo Japão, em dezembro de 1941, que provocou a entrada dos EUA na II Guerra. O alvo japonês foi militar; o de hoje, predominantemente civil, com a possibilidade de milhares de mortos, ainda que o Pentágono tenha sido também atingido”.

Japão, em dezembro de 1941, que provocou a entrada dos EUA na II Guerra. O alvo japonês foi militar; o de hoje, predominantemente civil, com a possibilidade de milhares de mortos, ainda que o Pentágono tenha sido também atingido. Diferentemente de Pearl Harbor, não pesa acusação sobre um Estado-nação para uma resposta na mesma intensidade. Até o momento, nenhum grupo assumiu a autoria, o que aumenta a inquietude perante o acontecimento, dado que o inimigo estaria, pelo menos temporariamente, *invisível*.

Não se pode esquecer, contudo, de que havia a probabilidade concreta de a escalada crescente de violência no Oriente Médio chegar a outros lugares, conforme divulgado pelas agências internacionais de notícias, no dia 29 de agosto, em que extremistas teriam ameaçado interesses israelenses e norte-ameri-

canos, em qualquer lugar do planeta. No dia 9 deste mês, houve atentados em conjunto contra Israel, inclusive com a participação de um árabe-israelense. O alvo foi a população civil. A resposta usual de Israel a esses atentados tem sido intensa, com o uso de tanques e aviões inclusive, conforme acusou o representante da delegação palestina no Brasil, em recente declaração ao *Correio Braziliense*.

O Presidente norte-americano George W. Bush prometeu que os Estados Unidos reagirão à altura do ataque. O rasilho de pólvora está aceso e espraia-se mais e mais com o passar do tempo. É imprescindível que a comunidade internacional, por meio da ONU, reúna-se para deliberar sobre essa inaudita situação que atordoia a todos e cujas conseqüências serão as mais funestas possíveis, se não combatidas, a tempo, no campo diplomático.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais - IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional - RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Os atentados terroristas nos Estados Unidos: uma reflexão

Eiiti Sato*

Um atentado terrorista de grandes proporções dentro dos Estados Unidos sempre foi considerado pelos estrategistas como uma possibilidade. Apesar de tudo, jamais se pensou que essa possibilidade pudesse tornar-se uma tragédia real. Agora, não apenas o povo americano, mas o mundo todo, ainda procura compreender o terrível espetáculo dos atentados ao World Trade Center e ao Pentágono. As imagens transmitidas pela TV lembravam mais cenas de filmes de ação do que uma reportagem ao vivo de uma tragédia em que os heróis não conseguiram chegar no último momento e evitar a catástrofe.

Ao lado da grande consternação geral, até mesmo por parte de países relativamente contrários à política dos Estados Unidos, surgem indagações inevitáveis não apenas sobre as possíveis organizações que estariam por trás desses atentados, mas quais podem ser os desdobramentos desse episódio.

A respeito das organizações que poderiam ter perpetrado esses atentados, apesar de algumas declarações das autoridades americanas, ainda pouco se sabe com certeza. Nenhuma organização reivindicou de modo convincente sua autoria e, na verdade, faz pouco sentido, apenas pelo orgulho, identificar-se como autor e tornar-

se, assim, objeto de perseguição implacável juntamente com qualquer país que dê abrigo a essa organização. O que se sabe, objetivamente, é que os atentados não podem ter sido preparados e executados por um pequeno grupo, com poucos

recursos e sem um nível bastante sofisticado de conhecimento e organização. Outro dado também bastante objetivo é que o grupo contou com um considerável número de suicidas. São essas as principais razões que fazem supor que organizações fundamentalistas estejam por trás desses atentados. Talvez um consórcio de várias organizações, que contou com alguma cooperação vinda de extremistas sediados em solo americano.

Quanto aos possíveis desdobramentos políticos desse episódio, pode-se esperar efeitos imediatos no plano interno e na ação externa dos Estados Unidos. No plano interno, as correntes mais conservadoras – os *hard lines* – dentro e fora do Congresso, devem ganhar força e severas medidas de controle especialmente sobre imigrantes, aeroportos e prédios públicos deverão ser tomadas. Uma completa revisão dos conceitos de segurança doméstica deverá ser feita. Na verdade, como é sabido, este não foi o primeiro atentado terrorista nos Estados Unidos mas sua dimensão e o fato de ter atingido um alvo público como

“A necessidade moral do Governo Americano de proporcionar uma resposta convincente poderá forçar medidas e ações políticas que poderão desencadear o acirramento das posições anti-americanas em toda parte”.

* Professor adjunto do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB).

o World Trade Center e a própria sede do sistema de defesa deixam expostos a enorme vulnerabilidade do país. Onde deverá se situar o ponto de equilíbrio entre a liberdade de uma sociedade aberta e os sistemas de defesa dessa sociedade? Até que ponto as instituições americanas e o próprio povo estarão dispostos a correrem os riscos de outros atentados? Essas são perguntas de importância central neste momento.

No plano externo, da mesma forma, as posições mais moderadas terão mais dificuldades para evitar, no curto prazo, algum exagêro na determinação de medidas de represália e, num âmbito mais geral, uma postura cada vez mais intransigente em relação às questões de política internacional que afetam mais diretamente os interesses americanos. Desde algum tempo os Estados Unidos vêm mudando sua postura no plano internacional, revelando-se cada vez menos comprometidos com o fornecimento de bens comuns e cada vez mais propensos a ações unilaterais. Parte dessa postura se deve à nova conformação do sistema internacional onde, de um lado, as relações econômicas tornaram-se muito mais competitivas enquanto, no lado estratégico, a supremacia militar americana, facilmente, sugere um papel de gendarme do mundo a ser atribuído aos Estados Unidos. No caso dos recentes atentados terroristas, tratando-se de uma questão notadamente de cunho estratégico, torna-se difícil esperar outra postura do governo americano que não seja de mais intransigência e de menor comprometimento com a estabilidade internacional. Esse é um panorama extremamente preocupante e muito pouco animador da atual conjuntura. Uma atitude de maior isolacionismo por parte dos Estados Unidos é inviável. De um lado, o elevado grau de interconexão do sistema financeiro, comercial e industrial no mundo impede que uma economia como a americana desenvolva políticas autônomas sem provocar enormes turbulências. Por outro lado, na ordem es-

tratégica, a retirada das forças americanas dificilmente deixaria de significar uma corrida armamentista de conseqüências inimagináveis em várias regiões do mundo.

Esses são alguns dilemas bastante antigos que os atentados terroristas expuseram de modo mais dramático. A não ser para aqueles que se viram diretamente envolvidos com a tragédia, a vida não deverá sofrer grandes mudanças aparentes no curto prazo: o comércio deverá reabrir suas portas, a indústria continuará produzindo e as bolsas de valores e mercadorias voltarão aos negócios. A grande apreensão para o futuro próximo refere-se aos possíveis desdobramentos desses eventos, que poderão produzir políticas que afetarão diretamente a paz, a prosperidade e a liberdade no mundo.

Com efeito, os atentados terroristas em Nova York e Washington deixaram os Estados Unidos diante de um dilema cuja abordagem terá grandes repercussões sobre a sociedade americana e as relações internacionais. A necessidade moral do Governo Americano de proporcionar uma resposta convincente poderá forçar medidas e ações políticas que poderão desencadear o acirramento das posições anti-americanas em toda parte. É possível, no entanto, que as lideranças americanas sejam capazes de proporcionar uma resposta eficaz, mas suficientemente ponderada para que os atentados terroristas não atinjam seus objetivos de espalhar a insegurança e aumentar os focos de tensão internacional com a radicalização das posições, tanto por parte dos Estados Unidos quanto de outros países, nos muitos tabuleiros de negociação internacional. Na verdade, muitos jornais anunciaram em suas manchetes "a super-potência humilhada" mas a tragédia produzida pelos atentados trouxe também a solidariedade não à super-potência, mas à dor de uma nação que, dessa forma, descia de um pedestal para exibir uma face humana, que o sofrimento tornou muito semelhante a de outros

povos ricos e pobres. Além do mais, no World Trade Center trabalhavam dezenas de pessoas de muitas nacionalidades atingindo, portanto, suíços, britânicos, japoneses e pessoas de todas as partes do mundo, inclusive brasileiros. Uma atitude arrogante, nesse momento, afigura-se não apenas desastrosa para a ordem internacional mas também serviria para distanciar ainda mais os Estados Unidos e seu povo de outras nações, exatamente no momento em que esse distanciamento é encurtado pelos efeitos de uma tragédia.

No plano interno, igualmente, as possíveis respostas trazem em si o mesmo dilema fundamental: como a sociedade livre deve reagir diante de ameaças dessa natureza? O Presidente Kennedy, que representou a maior expressão do otimismo e da auto-confiança americana, um dia afirmara que “o preço da liberdade é alto, mas os americanos sempre pagaram por ela” num claro contraponto a Hobbes que, em suas reflexões, havia identificado a tendência da natureza humana no sentido de trocar a liberdade pela segurança. É óbvio que medidas de segurança deverão ser tomadas a fim de reduzir os riscos de novos atentados, mas caso essas medidas assumam as feições de uma verdadeira paranóia da segurança, as conseqüências para a liberdade individual serão inevitáveis e seus efeitos se estenderão por toda parte. Muito embora a idéia de risco zero seja inviável do ponto de vista prático, as pressões serão muitas para que sejam implementadas medidas de controle estrito sobre os lugares públicos e as populações. Dessa forma, os Estados Unidos estariam, rapidamente, caminhando para uma versão *orwelliana* de sociedade. As razões podem ser diferentes daquelas apontadas em “1984” mas o produto seria muito semelhante e, pela enorme expressão do poderio americano, essa realidade acabaria, em larga medida, por se estender a todos os demais países. Em Brasília, onde as representações diplo-

máticas estão agrupadas em áreas específicas, há muito tempo que o aparato de segurança construído pela Embaixada Americana chama a atenção, contrastando com as demais Embaixadas. Ao invés de um lugar elegante e aprazível, um pedaço do que de melhor existe naquele país, construiu-se um verdadeiro “bunker” e o visitante é visto, primordialmente, como uma ameaça em potencial. Cabe, portanto, às lideranças americanas decidir neste momento trágico se os americanos estão dispostos a pagar o alto preço da liberdade, convidando o mundo a fazer o mesmo, ainda que esse preço signifique estar relativamente exposto a novos atentados.

Quando jovem, senti-me muito atraído pela perspectiva de estudar numa universidade americana. Os catálogos mostravam não apenas a elevada competência científica de seus quadros e as interessantes abordagens do método americano de ensinar e aprender, mas mostravam também rostos alegres, claramente de diferentes etnias, num ambiente ao mesmo tempo aplicado e descontraído, sugerindo que a confiança no ser humano e na liberdade seriam os melhores ingredientes para a grande aventura do conhecimento. Não há dúvida de que há riscos reais de atentados, mas até que ponto a excessiva busca da segurança não está desferindo um golpe mortal na liberdade? Essa atitude não seria semelhante ao do hipocondríaco contumaz que se vê privado de todo e qualquer prazer proporcionado por um bom e suculento jantar, regado a vinho de boa safra, apenas pela preocupação de que um dia, no futuro, poderá sofrer de excesso de colesterol ou que a salada, embora de excelente aparência, possa conter algum resíduo de agrotóxico? A sensação que se têm é que a resposta americana aos atentados envolve mais do que a simples questão de oferecer uma retaliação adequada a um ato de agressão.

11 de setembro – os Estados Unidos e a Ordem Internacional

Miriam Gomes Saraiva*

Os atentados contra o World Trade Center, em Nova York, e o Pentágono, em Washington, trouxe à tona uma série de reflexões e questionamentos sobre o papel dos Estados Unidos na ordem internacional, assim como indagações sobre o caminho a seguir a partir deste marco.

Na passagem para os anos noventa, o mundo assiste à queda do Muro de Berlim, à desestruturação da União Soviética e à conseqüente superação definitiva do bipolarismo, dando lugar a uma nova ordem que se conforma nos início da década passada. Esta assumiu um caráter homogêneo apontando para a necessidade de todas as sociedades partilharem de normas internas comuns identificadas com o pluralismo democrático. No campo econômico o paradigma neoliberal passou a ser tanto o marco de referência da economia internacional como o orientador da reformulação e execução de políticas de ajuste e mudanças estruturais no interior dos Estados. Em termos produtivos, a transnacionalização progressiva que tomou impulso com os avanços tecnológicos dos anos oitenta atuou como parte deste processo.

Como dinâmica de manutenção e continuidade deste novo ordenamento, a preservação dos valores ligados ao pluralismo democrático e ao respeito aos direitos humanos passou a ser um elemento fundamental para seus Estados “gestores”. Como qualquer tipo de idealismo –entendido como a defesa de determinados princípios vistos como universais –

estes valores *per se* são importantes e não apresentam problemas. Mas sua imposição assim como a forma de defendê-los pode trazer problemas quando tratam-se de sociedades diferentes, histórica e culturalmente.

O princípio da democracia pluralista, embora sempre tenha sido veiculado na política externa norte-americana, em tempos mais recentes foi recolocado

na pauta internacional por países europeus (a partir dos anos setenta com a formação da Cooperação Política Européia e com a busca de uma identidade externa para a região). Os europeus, escaldados por duas grandes guerras, identificam estes princípios, entre outras, com a estabilidade e o pacifismo. Durante os anos oitenta, esta temática foi defendida e incorporada como premissa às linhas gerais de sua política externa. Estados Unidos, no mesmo período, orientava seu comportamento a partir de uma visão global do em-

bate Leste/Oeste, onde a natureza do regime vinha subordinada às preocupações com a destruição do comunismo.

A defesa dos direitos humanos, embora esteja presença na Carta das Nações Unidas, veio à tona de fato depois da derrota no Vietnã e ocupou um lugar de destaque durante a campanha e governo de Jimmy Carter. Foi deixada de lado pela administração republicana que se seguiu, mas incorporada ao comportamento exterior de países comunitários europeus. Assim, os movimentos no sentido da formação desta

“Há um desequilíbrio entre o seu peso na ordem internacional e o posicionamento e (des)conhecimento da opinião pública norte-americana (e provavelmente de diversos políticos) sobre os temas internacionais”.

* Professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

nova ordem apoiaram-se numa composição de três fatores; a saber, o novo paradigma tecnológico da década de oitenta iniciado nos Estados Unidos, o neoliberalismo *reaganiano* e a defesa da democracia e dos direitos humanos presente no ideário da política externa europeia.

A projeção *dapertutto* do ideário econômico através do processo de transnacionalização da economia, depois de um primeiro momento de expectativa, começou a produzir problemas conhecidos como agravamento da pobreza e das condições materiais de certas sociedades (a parte negra da globalização). Os princípios da democracia, ao contrário, encontraram muito mais eco numa opinião pública internacional (baseada sobretudo nos países cênicos) e trouxeram certa divisão em sociedades não ocidentais tradicionais. Para as principais potências, com destaque para os Estados Unidos, cabia mais a gestão destes princípios, embora com os limites das soberanias estatais (que podem ser discutidas e revistas, mas não abolidas).

O fim do bipolarismo e início desta ordem então em formação deram-se durante o governo de George Bush (pai). Este, operou a passagem de um cenário a outro inaugurando a nova postura internacional norte-americana com a Guerra do Golfo (já uma guerra de novo tipo) e a assinatura do Acordo de Oslo, mas mantendo a tradição republicana de não envolver-se diretamente com problemas de caráter global. Em relação a movimentos fundamentalistas islâmicos, o apoio a estes foi dado no Afeganistão enquanto o governo pró-soviético mantinha-se no poder.

O governo de Bill Clinton (1993-2000), por seu turno, teve dentro deste processo um papel decisivo. A perspectiva de política internacional da administração democrata colocou os Estados Unidos em um papel ativo no que diz respeito à consolidação desta nova ordem, atuando em diversas frentes e estruturando, em aliança com os parceiros europeus, um novo marco para a segurança internacional. Nesta perspectiva, a valorização da democracia e dos direitos humanos ocuparam um papel importante, apesar de todas as limitações impostas pelo modelo de formulação de política externa norte-americana. Ao

pensar-se nesta, deve-se ter em conta que nos Estados Unidos existe uma participação ativa do Congresso em temas de política exterior e que o governo Clinton conviveu por boa parte de seu mandato com uma maioria republicana; e que há uma preocupação maior com a política doméstica por parte da opinião pública norte-americana em contaposição com o peso dos lobbies organizados como os cubanos anti-castristas e os defensores do Estado de Israel.

No que diz respeito ao Oriente Médio, durante o período Clinton manteve uma política de retaliação contínua do Iraque (apesar de oposição crescente de outros membros do Conselho de Segurança já no final da década) e um papel ativo nas negociações entre o governo israelense e a Autoridade Nacional Palestina para a assinatura de acordos complementares ou substitutivos ao de Oslo. Mas sem sair do apoio incondicional a Israel em função dos lobbies interno, e de uma triste perspectiva desigual para as duas partes.

Em função destas limitações, a postura do governo Clinton não foi suficiente e/ou eficiente para resolver problemas tradicionais do Oriente Médio. Frente à ordem internacional dos anos noventa, viu-se aumentar a insatisfação na região e a radicalização de alguns setores do islamismo com problemas na Argélia e Afeganistão; junto com questões de caráter geográfico como o problema dos palestinos, e de Israel no Líbano (até 2000).

O governo de George W. Bush, iniciado este ano, assumiu um comportamento distinto de seu antecessor no campo da política internacional. Ao contrário do ativismo de Clinton, buscou uma postura mais prepotente e de menor compromisso com os valores da nova ordem, junto com evidente preocupação em ampliar o poder norte-americano. Neste marco, passou a dar menos atenção a questões vinculadas aos direitos humanos, e desocupou-se dos chamados grandes temas – meio ambiente, controle de armamentos, racismo. Em relação ao Oriente Médio, deixou de lado o papel de mediador da questão palestina. Este comportamento o vem afastando um pouco de seus parceiros europeus, também “gestores” desta ordem.

Esta postura da nova administração norte-americana trouxe à baila uma reflexão sobre a base desta nova ordem. Por um lado, existe um dilema no papel que os Estados Unidos deve assumir frente a esta. Há um desequilíbrio entre o seu peso na ordem internacional e o posicionamento e (des)conhecimento da opinião pública norte-americana (e provavelmente de diversos políticos) sobre os temas internacionais. E, dentro dos marcos de um regime onde a opinião pública tem influência sobre as opções de governo.

Por outro lado, e dentro dos limites do dilema acima, como responder aos atentados de 11 de setembro? Os atentados, é importante chamar a atenção, além dos horrores evidentes que trouxe consigo, propiciou um cenário de coesão entre os Estados Unidos e seus parceiros europeus (e de outras regiões), interrompendo a conjuntura de relacionamento mais difícil que o governo Bush vinha introduzindo em função de seu comportamento esquivo. Dentro deste cenário, um combate articulado contra o terrorismo -identificado como um elemento que atinge frontalmente os valores desta nova ordem-, buscan-

do atingir e reprimir seus agentes e defensores deve e pode ser feito a partir de uma articulação internacional importante.

Mas, e as perspectivas de uma guerra que vêm sendo levantadas, que impacto poderiam ter? Certamente, uma ação contra populações civis -sobretudo uma já oprimida e miserável há muitos anos – responde aos sentimentos de frustração e vingança que sacodem a sociedade civil norte-americana, ferida pelos atentados. Mas escapam do que se pode entender como valores democráticos e de defesa dos direitos humanos. Caso os Estados Unidos partam para esta alternativa (mantendo o perfil da administração atual), a tendência é, a longo prazo, uma ciranda entre o acirramento do terrorismo, a instabilidade no Oriente Médio, a repressão desmedida, e provavelmente, o aparecimento de divergências entre os parceiros “gestores” do novo mundo. É porque a dinâmica de manutenção e continuidade desta ordem -a busca de um padrão de conduta política com base nos princípios do pluralismo democrático – já terá sido abandonada pelas soluções guerreiras, de curto prazo.



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo.

Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br>.

© 2000 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Aliança Contra o Terrorismo: da Globalização Econômica à Globalização Político-Militar

Eduardo Viola*

Hector Leis*

No limite, entre a condição humana e a violência não existe reconciliação possível. Certamente, não pretendemos negar que a violência e as guerras escreveram muitas páginas da história humana, mas sim queremos afirmar que os atos de terrorismo produzidos nos EUA são atos de violência pura. Uma violência que destrói não apenas vidas humanas e bens materiais, mas que também pretende dissolver na sua voragem à própria condição humana. Neste sentido, é difícil esconder que os atos do 11 de setembro nos EUA nos aproximam perigosamente da banalidade do mal que Hannah Arendt encontrou em Auschwitz. O tempo permitirá que encontremos as palavras adequadas para transmitir os sentimentos que hoje vivemos, mas seja dito por enquanto que, além das eventuais responsabilidades e intenções dos atores envolvidos, os acontecimentos vividos trazem para nosso presente uma gravidade que não podemos subestimar.

A dinâmica da sociedade é hoje mais incerta que nunca em função da velocidade do progresso tecnológico e da presença de poderosas forças de integração e de fragmentação. Contudo, frente aos densamente trágicos acontecimentos da semana passada, cabe tecer considerações que nos ajudem a mapear as alterações do sistema mundial. A globalização foi extraordinariamente acelerada pelo fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética. A década de 1990 foi marcada simultaneamente pela intensificação da globalização econômica e pela erosão da governabilidade do mundo. Esta defasagem entre as dimensões econômica e política da

globalização parece ter atingido um ponto de inflexão em 11 de setembro. A década de 1990 foi uma década em que as relações internacionais foram dirigidas pela economia, e é provável que na década de 2000 as questões de segurança e governabilidade comandem as relações internacionais.

No mundo constituído pelos países desenvolvidos de renda alta e os países emergentes de renda média houve, na década de 1990, uma aceleração simultânea das quatro dimensões da globalização econômica: comercial (grande crescimento do comércio internacional), financeira (grande expansão de mercados financeiros de escopo global), produtiva (transnacionalização crescente das cadeias produtivas intra-corporativas e inter-corporativas) e tecnológica (extraordinária onda de inovação tecnológica com grande crescimento da produtividade sistêmica da economia). A aceleração da globalização econômica manteve o alto nível de integração social das sociedades desenvolvidas. Nas sociedades de renda média (como Brasil e várias outras da América Latina) a aceleração da globalização tendeu a manter ou aumentar a marginalidade/exclusão de vastos setores da população.

Simultaneamente com a intensificação da globalização econômica houve uma significativa erosão da governabilidade no mundo produzida por uma combinação de seis fatores. Em primeiro lugar, temos o colapso do Estado nacional em vastas regiões que passaram a constituir áreas de caos econômico, pobreza crescente e guerra civil (maior parte da África subsahariana, partes da Ásia Central, Colômbia,

* **Professor Titular do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e professor visitante de várias universidades no Brasil, EUA, Holanda e Argentina.**

** **Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina e professor visitante de várias universidades no Brasil e Argentina.**

Haiti, Iugoslávia, etc.). Em segundo lugar, temos a erosão do Estado nacional em áreas que sofreram retrocesso econômico e social de suas populações (Rússia, Ucrânia, Belarus, Bulgária, Romênia, região Andina, grande parte de América Central, Indonésia, Paquistão, etc.). Em terceiro lugar, temos a expansão das redes criminais globais dedicadas ao tráfego de drogas, armas, migrantes, prostituição e órgãos humanos. Estas redes criminais criaram meios efetivos de lavagem do dinheiro vindo de suas atividades ilícitas dentro da economia legal, seja a través dos paraísos fiscais ou seja no próprio coração da economia dos países desenvolvidos e emergentes. Em quarto lugar, temos o nascimento e desenvolvimento de redes terroristas globais predominantemente ligadas ao fundamentalismo islâmico e objetivando combater as democracias ocidentais (principalmente Israel e EUA). A principal rede terrorista global é a Alqaida de Bin Laden, que tem como principal base territorial Afeganistão, irradia-

se por vários países islâmicos tolerantes com o fundamentalismo e chega a atingir vários países ocidentais, estando presente em aproximadamente 30 países. As redes de terrorismo global procuram maximizar seu poder produzindo eventos de terrorismo catastrófico, seja como o de 11 de setembro ou eventos de terrorismo biológico, nuclear ou químico. A vulnerabilidade da humanidade frente a eventos de terrorismo biológico é altíssima e sua probabilidade é de alguma significação. Em quinto lugar temos, o desenvolvimento de um novo tipo de Estado autoritário/totalitário que objetiva manter a legitimidade frente a suas populações e seu lugar no mundo com o desenvolvimento de armas de destruição em massa. Iraque e Coréia do Norte são os principais expoentes destes Estados. Ira, que se incluía nesta categoria no início da década de 1990, tem tido um importante processo de democratização desde 1996 que tem

mudado a característica do Estado. Em sexto lugar, temos o reforçamento de um sentimento anti-americano, em graus variáveis de intensidade, em vastas regiões do mundo, com uma maior concentração no mundo islâmico. Este sentimento anti-americano acentuo-se (e mesmo emergiu no caso da Europa) devido ao caráter prepotente e unilateralista da política externa iniciada por Bush em 2001: retirada do Pro-

tolocó de Kyoto para redução das emissões de gases estufa; do Protocolo de verificação do Tratado contra a proliferação de armas biológicas; da Conferencia da ONU contra o Racismo e a Xenofobia em Durban; e, disposição de denunciar o tratado ABM de proibição de mísseis anti-balísticos.

A primeira mudança importante nessa macro tendência de erosão da governabilidade é constituída pela ascensão de Putin ao poder na Rússia. Em um ano e meio como presidente Putin tem conseguido reconstruir o Estado nacional na Rússia a través de cinco vectores fundamentais: comba-

te impiedoso ao separatismo chechenio (imbricado com o terrorismo global) incorrendo em graves violações dos direitos humanos, combate às tendências centrifugas e corruptas dos governos provinciais, aumento da capacidade de taxaço do Estado e estabelecimento do principio de equilíbrio fiscal, combate ao crime, e, definição de uma política externa que procura uma parceria com Ocidente depois das tentativas erráticas de confronto da fase final do governo Yeltsin.

A segunda mudança importante em favor da governabilidade é o aprofundamento da integraço da China no capitalismo globalizado: entrada na OMC, atraço gigantesca de investimentos estrangeiros; legitimaço do papel dos empresários dentro do Partido Comunista (isto abre caminho para um incremento administrado do pluralismo político); incapacidade dos militares de utilizar em seu favor o bombardeio da embaixada de Belgrado em 1999 e o incidente do

“Como o terrorismo global está fortemente imbricado com o crime global e os Estados que objetivam armas de destruição em massa existe uma forte tendência de que essa coalizão tenha um efeito sistêmico de combate simultâneo aos três fenômenos”.

avião espião no Mar da China Meridional em 2001; e, assinatura do tratado de Shangai com Rússia e governos de ex repúblicas soviéticas de Ásia Central para combater o fundamentalismo islâmico.

O ponto de inflexão dessa tendência de erosão da governabilidade é constituído pelos eventos de terrorismo de 11 de setembro. Além de constituir-se num momento de alta destruição nos EUA, os eventos de 11 de setembro demonstram o poder devastador do terrorismo global sobre as outras sociedades com governabilidade integrada na globalização: as outras democracias desenvolvidas, as democracias dos países de renda média de Ásia, América Latina e Europa, Índia, Rússia e China.. Neste sentido os eventos de 11 de setembro constituem um Pearl Harbor da globalização e da governabilidade inspirada nos valores das instituições do mundo ocidental, e não apenas dos EUA. Num primeiro momento o mundo temeu uma reação de vingança imediatista por parte dos americanos. Felizmente, a medida que passam os dias essa possibilidade vai perdendo importância e vai ganhando um lugar central na elite decisória americana uma resposta sistêmica, de longo prazo e multilateral. Rapidamente está construindo-se uma vasta e poderosa coalizão de quase todos os países do mundo (com papel central para os países com efetiva governabilidade nacional e integrada na globalização) contra o terrorismo global. Nas palavras do primeiro ministro inglês Blair e de Colin Powell trata-se de formar uma vasta aliança para uma guerra da civilização contra o fanatismo. O enquadramento como guerra entre Ocidente e a civilização islâmica, que inspira ao fundamentalismo islâmico e a extrema direita americana, está afastando-se. Como o terrorismo global está fortemente imbricado com o crime global e os Estados que objetivam armas de destruição em massa existe uma forte tendência de que essa coalizão tenha um efeito sistêmico de combate simultâneo aos três fenômenos. Deste modo a coalizão anti-terrorista tende a ser uma coalizão sistêmica em favor da globalização da segurança ou da construção de um efetivo regime de segurança global. Pelo menos no curto prazo não parece que esta coalizão terá nenhum efeito significativo direto no sentido de favorecer a

reconstrução da governabilidade nacional nos Estados fracassados, salvo o efeito indireto que possa vir a ter o combate as redes criminais globais.

Passamos a enumerar a seguir algumas das principais oportunidades e/ou tendências de mudanças que podemos vislumbrar para os próximos anos, a partir do impacto dos atos de terrorismo de 11 de setembro no sistema internacional:

1. Queda definitiva da doutrina de segurança nacional vigente durante a presidência de Clinton baseada na idéia de que os problemas de segurança nacional de EUA eram significativamente menores do que na Guerra Fria e significativamente inferiores comparados com as questões econômicas. A tradução militar desta doutrina foi ter forças armadas preparadas para ganhar duas guerras convencionais simultâneas em dois teatros distantes do mundo.
2. Declínio relativo da doutrina de segurança nacional, que intentava implantar-se durante os primeiros meses da presidência de G. W. Bush, concentrada na construção de uma estrutura de proteção militar (escudo antimíssil e estruturas anti-terroristas internas) para o território americano e maior auto suficiência energética dos EUA, com o objetivo de afastar as suas forças armadas do envolvimento direto nas áreas mais críticas do mundo. Pode-se chamar esta doutrina de Bush-Rumsfeld (pela liderança do secretário de defesa na sua formulação), sendo importante destacar que esta doutrina é questionada por uma parte fundamental do establishment americano.
3. Ascensão de uma nova doutrina de segurança nacional nos EUA baseada no combate sistêmico ao terrorismo global que considera inimigo imediato e direto dos EUA a todos os países que derem refugio ou sejam tolerantes com as redes terroristas e aos países que pretendem desenvolver armas de destruição em massa. A diferencia da doutrina anterior que pretendia isolar EUA da insegurança do mundo, esta doutrina globaliza a questão

da segurança dos EUA e é um novo e extraordinário acelerador da globalização. Pode-se chamar esta doutrina de Bush-Powell, pela liderança do secretário de Estado na sua formulação. Para esta doutrina, as questões de segurança são mais importantes que as questões econômicas para o Estado americano, embora de um modo diferente que durante a Guerra Fria. Esta doutrina provavelmente implicará também a construção de um escudo antimíssil, mas ele terá menos urgência e prioridade e seu perfil será negociado com a União Européia, Rússia e China.

4. Disposição da população americana para aceitar os custos de uma guerra em termos de perdas de tropas que era quase inexistente depois do fracasso de Somália em 1993. Esta guerra contra o terrorismo global será provavelmente combatida fundamentalmente por estruturas de inteligência e militares americanas, com o apoio de estruturas da OTAN, e, numa escala menor de outros Estados integrados na globalização. Tudo indica que será uma guerra muito diferente das anteriores e segundo Colin Powell será uma guerra em que estarão em primeiro lugar as operações de inteligência, em segundo lugar as operações de "law enforcement", e, em terceiro lugar as operações especificamente militares.
5. A guerra ao terrorismo terá provavelmente uma forte repercussão em favor da profundização da luta contra o Narcotráfico, principalmente na Ásia e na América Latina. A aliança entre o Narcotráfico e as guerrilhas da FARC e do ELN na Colômbia poderá tornar-se um alvo importante da guerra contra o terrorismo.
6. Na medida que os países de América Latina se

"Esta estrutura de Estados hierarquizados terá no seu topo os EUA, em segundo lugar a União Européia, Japão, Rússia e China, e a seguir todos os outros Estados integrados na economia globalizada".

somem progressivamente aos esforços de luta globais contra o terrorismo (e tudo indica que assim haverá de acontecer com países líderes da região, a julgar pelo rápido acionamento do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, por parte do governo brasileiro), no médio ou longo prazo terão que ser repensados os mecanismos de integração interamericanos. A preocupação quase exclusiva da política externa dos Estados Unidos para promover a integração da região através de estratégias de fundo basicamente econômico (como NAFTA e ALCA), será provavelmente

reorientada na direção de políticas que contemplem progressivamente uma integração mais equilibrada dos fatores econômicos, políticos e militares. Ao longo da história dos séculos XIX e XX, tanto América Latina como os Estados Unidos mantiveram uma relação profundamente ambígua, marcada por constantes oscilações e desconfianças. Na história das últimas décadas, os avatares das lutas revolucionárias (aliadas, de uma forma ou outra, a países

do ex-Bloco Comunista) versus as forças armadas (apoiadas pelos Estados Unidos), assim como a desregulada circulação de capitais que levou a níveis extremos o endividamento econômico de América Latina com os Estados Unidos, mostra claramente a ausência de mecanismos políticos capazes de regular os problemas da região de uma forma equilibrada e duradoura. Desta forma, ainda que por vias tortas, o combate ao terrorismo global poderá eventualmente aproximar ao Norte e o Sul do continente americano, levantando os obstáculos políticos e ideológicos ainda existentes para que os graves problemas econômico-financeiros de países estratégicos do Sul (basicamente, Brasil e Argentina) sejam pensados de um modo amplo.

7. Reversão parcial do altíssimo poder que os mercados tiveram para organizar as sociedades durante a década de 1990, já que mesmo estará contrapesado pela estrutura de Estados Post-westfalianos hierarquizados agindo como agentes de segurança global. Esta estrutura de Estados hierarquizados terá no seu topo os EUA, em segundo lugar a União Europeia, Japão, Rússia e China, e a seguir todos os outros Estados integrados na economia globalizada. Fora do sistema hierarquizado Post-Westfaliano teremos um sub-sistema anárquico formado por Estados com precária governabilidade (embora haverá uma tendência para a reconstrução da governabilidade em vários países que pertencem hoje a categoria de Estados fracassados) e Estados que contestam à globalização. Este enfraquecimento parcial dos mercados não implicará uma volta aos Estados Keynesianos (embora haverá, provavelmente, no curto prazo, um novo intervencionismo para diminuir os efeitos da crise sobre os setores econômicos diretamente afetados pelos atentados como aviação) dominantes até a década de 1980, mas acarretará provavelmente o desenvolvimento de uma arquitetura de governabilidade global mais eficaz e menos derivada dos mercados que a existente hoje.
8. Alguma diminuição das liberdades civis e políticas nas sociedades democráticas em função da necessidade de contemplar num lugar central os problemas de segurança. Entre outras, algumas áreas que sofrerão importantes transformações em todo o mundo, são as relacionadas à: escuta telefônica, vigilância eletrônica, sigilo bancário, documentos de identificação, e, controle para ingresso em aviões.
9. Aumento da importância e do poder relativo

“Por assim dizer, a sensibilidade islâmica se concentra muito mais em valores simbólicos que em aspectos concretos da realidade”.

das comunidades de segurança (militares, inteligência, polícia, indústria da segurança) nos Estados nacionais, comparado com a década de 1990, mas sempre menos poderosas que durante a Guerra Fria. Tendência a redefinição do conceito de soberania nacional derivada do processo de coordenação internacional dos sistemas de inteligência, segurança e militares, na luta contra o terrorismo.

10. Os países ocidentais (muito especialmente, os Estados Unidos) deverão assumir e resolver adequadamente seu próprio dilema com relação ao mundo islâmico e o Estado de Israel. Este dilema é particularmente difícil de enfrentar (e de entender), pelo alto grau de discordância da política ocidental com as regras da “política” das sociedades islâmicas. O islamismo é uma religião que não abre espaço, nem contempla, a realização de um projeto político particular. Por assim dizer, a sensibilidade islâmica se concentra muito mais em valores simbólicos que em aspectos concretos da realidade. A rigor devemos perguntar-nos até que ponto o islamismo permite a constituição eficiente de algum tipo de estado, como os que se conhecem no mundo ocidental. Um claro exemplo desta dificuldade se apresenta aos estados ocidentais quando, no momento da ocupação de territórios de população muçulmana (nesse sentido, o caso de Palestina por Israel não é uma exceção em relação a qualquer outra ocupação anterior de países islâmicos por parte de potências ocidentais), são surpreendidos pelo fato de que é praticamente impossível obrigar pela violência aos muçulmanos a que obedecem as regras ditadas por autoridades não islâmicas. Seja dito também que esta condição “apolítica” dos muçulmanos facilita enormemente o crescimento das conversões nos países mais desenvolvidos de ocidente. Portanto, uma resolução adequada deste di-

lema obriga a um esforço de compreensão, por parte dos países ocidentais, desta especificidade da política nas sociedades islâmicas. Especificidade que obriga a um relacionamento baseado não exclusivamente em acordos sobre as tradicionais questões políticas e econômicas, mas também em acordos sobre questões simbólicas extra-políticas de particular importância. Neste sentido, não parece existir uma questão de maior importância simbólica, incrustada no meio do terrorismo global contemporâneo, que o problema palestino. Para os palestinos, seus problemas territoriais com Israel (incluindo a questão de Jerusalém) podem ser considerados problemas bem concretos. Mas acontece que esses problemas têm uma carga simbólica imensa no mundo islâmico atual, que não é fácil de perceber da perspectiva dos países ocidentais. Não se trata, obviamente, de mudar o caráter estratégico da aliança entre Estados Unidos e Israel na região. Mas sim, se trata para os Estados Unidos de repensar sua política tradicional de apoiar incondicionalmente ao Estado de Israel. Às já mencionadas dificuldades para entender o islamismo, devemos neste caso acrescentar as dificuldades que os Estados Unidos tem para definir uma política externa, mais ou menos isenta em relação a Israel, frente ao poderoso peso político do lobby judaico americano.

11. É provável que durante um primeiro período da guerra antiterrorista as questões vinculadas à pobreza das populações excluídas da economia globalizada fiquem marginalizadas

da agenda global. Mas, na medida em exista um progresso significativo de segurança global (drástica redução do terrorismo e diminuição do crime) a questão da pobreza e da construção de governabilidade nas sociedades excluídas da globalização será recolocada.

12. As circunstâncias acima enumeradas poderão levar, no curto ou médio prazo, a um reposicionamento das forças antiglobalização, seja nos países centrais como nos países emergentes de América Latina e outras regiões do mundo, com processos de democratização progressiva em andamento. No mundo pós-11 de setembro haverá cada vez menos espaço para compromissos ambíguos com o Estado de Direito, do tipo do que tem sido evidenciado recentemente, por exemplo, nos choques de uma minoria extremista dos manifestantes com a polícia, na cidade de Gênova. Por este motivo, a maioria das forças antiglobalização tendeu a ser bastante cuidadosa nos seus passos, para evitar ser confundidas com o terrorismo.

13. Durante a década de 1990 o avanço da globalização econômica foi muito mais acelerado que a globalização da política e da segurança e isto foi produzindo um desequilíbrio no sistema que teve seu ponto de inflexão em 11 de setembro. Nos próximos anos provavelmente haverá uma estagnação ou avanço lento da globalização econômica acompanhado de um avanço rápido da globalização da segurança. Isto pode criar as bases para a existência pela primeira vez na história de um Estado de Direito Global.



Paz aos mortos... Mas o mundo é dos vivos!

Antonio Jorge Ramalho da Rocha*

Rezamos os nossos mortos; lamentamos as perdas, irreparáveis. De algum modo, cuidamos de seus corpos e cultuamos suas almas. Às vezes aceitamos a vida transformada, fria face à ausência dos entes queridos, grávida de mudanças inesperadas, às quais reagimos com maior ou menor serenidade. Às vezes não aceitamos esta nova vida, caímos em depressão, tentamos imaginar que o mundo não se transformou de modo tão profundo. Isso é tão velho quanto o homem; e, conforme o contexto cultural, nós, seres humanos, reagimos de modo mais ou menos positivo, mais ou menos construtivo. De fato, este é um dos poucos sentimentos verdadeiramente universais, capazes de fazer com que nos vejamos, uns aos outros, iguais em nossa condição humana mais fundamental, ensejando sentimentos de solidariedade, tais como as inúmeras manifestações de condolências – declaradas e anônimas – recebidas pelo governo e pela sociedade americana.

A solidariedade é merecida. Os atentados terroristas da última terça-feira são lamentáveis em todas as suas dimensões, talvez principalmente a de nos fazer lembrar que, entre nós, por diferentes motivos, há gente capaz de fazer tanto mal de maneira tão fria e, é duro reconhecer, tão competente. O poeta Mário Quintana dizia que o ser humano é o único animal que aprecia incêndios. O dizer é

“Desde o fim da Guerra Fria, prevaleceu no contexto internacional um conjunto de regimes que favorecia um grau de cooperação entre agentes maior do que o que se registrou historicamente, ou, pelo menos, a expectativa de que tal cooperação viesse a acontecer. Em consequência, investiu-se menos nos setores relacionados à defesa nacional e buscou-se estabelecer regras destinadas a ordenar os conflitos internacionais”.

poético; o sentimento captado é cruel; a violência sempre esteve entre nós e foi utilizada inclusive para provocar a morte. Nisso, infelizmente, os atentados de

terça-feira não encerram novidade alguma, além de constituírem mais uma oportunidade de reflexão sobre vida e morte, contrariando aqueles que consideram a sociedade em que vivemos demasiado materialista.

Não é disso que vou tratar neste artigo. Ficam aí apenas algumas provocações a este tipo de reflexão, sempre necessária em nossa existência. Pediram-me que indicasse as principais consequências econômicas destes atentados; é disso que deverei tratar. Antes, uma ressalva: todos sabemos que o mundo mudou desde o último dia onze de setembro, embora não saibamos exatamente em que direção. Todos sabemos, ademais, que é muito cedo para prever as implicações associadas a essa mudança. Além disso, como dizem os franceses, é sempre difícil, e perigoso, fazer previsões, principalmente quando se quer falar do

futuro. Mas parte de meu trabalho é construir cenários que facilitem aos outros empreender suas próprias reflexões sobre o porvir. É isso que posso lhe oferecer, caro leitor, caso tenha a paciência de pensar sobre os três principais aspectos relacionados à redefinição econômica e política das relações internacionais influenciadas pela tragédia da última terça-feira.

*Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (REL-UnB).

O primeiro aspecto a ser observado diz respeito à reorganização de valores no contexto internacional. Assim como acontece em sociedades nacionais, também no âmbito internacional um conjunto de instituições e “regras do jogo”, explícitas ou não, permite a organização dos processos sociais, econômicos e políticos em função de alguns valores, de modo a condicionar o comportamento dos agentes mais relevantes neste contexto. Uma vez que os agentes se comportam de acordo com o que dispõem essas instituições e regras, a que genericamente designamos regimes internacionais, estabelecem-se estímulos a que, através do tempo, outros atores se comportem da mesma maneira, reproduzindo os parâmetros de comportamento e os próprios regimes internacionais. Em alguma medida, este processo permite a previsibilidade do comportamento dos atores no âmbito internacional, mesmo face à inexistência de uma autoridade a que se possa recorrer caso alguns atores se comportem de modo diverso do que se espera. Em outras palavras, a existência desses regimes favorece comportamentos cooperativos mesmo em um ambiente em que as relações de poder permanecem o principal parâmetro em que se baseiam as interações dos atores internacionais.

Desde o fim da Guerra Fria, prevaleceu no contexto internacional um conjunto de regimes que favorecia um grau de cooperação entre agentes maior do que o que se registrou historicamente, ou, pelo menos, a expectativa de que tal cooperação viesse a acontecer. Em consequência, investiu-se menos nos setores relacionados à defesa nacional e buscou-se estabelecer regras destinadas a ordenar os conflitos internacionais. Os mais otimistas julgavam que as guerras propriamente ditas seriam coisa do passado, visto que o chamado pós-Guerra Fria observaria ape-

“A esperança que resta aos brasileiros é que os investidores internacionais estejam mais dispostos a enfrentar riscos do que de hábito, e, ao buscarem aproveitar-se dos ganhos “artificiais” passíveis de serem auferidos nesta conjuntura de excessiva depreciação do Real, direcionem divisas para a economia brasileira, reequilibrando a oferta no mercado de divisas e promovendo uma apreciação da nossa moeda”.

nas “guerras comerciais”, reguladas por eficazes mecanismos de solução de controvérsias. Eventos como a Guerra do Golfo e a intervenção multilateral na Bósnia foram interpretados como evidências do aperfeiçoamento da capacidade cooperativa entre os governos dos estados nacionais, mais do que como instâncias de afirmação da permanente preocupação dos governos com a segurança de seus cidadãos em um contexto internacional anárquico. Em resumo, imaginava-se que o eixo econômico se havia estabelecido claramente como mais relevante do que o eixo político-estratégico no plano internacional.

Os atentados da última terça-feira recolocam a prioridade do eixo político-estratégico. Fazem-no, contudo, em condição diversa, ressaltando a diferença qualitativa entre as ameaças do passado, passíveis de associação a estados nacionais, e as do presente, cujos autores parecem ser intangíveis, reunindo, perigosamente, a capacidade de difundir idéias fundamentalistas, de qualquer natureza, e a possibilidade de atuar a partir de diferentes lugares, atingindo diversas fragilidades dos estados nacionais. A primeira consequência econômica dos recentes atentados é, pois, um aumento na preocupação com segurança, que deverá implicar a difusão de conhecimentos específicos entre aliados estratégicos dos Estados Unidos e um aporte maior de recursos ao desenvolvimento de tecnologias relacionadas à segurança nacional, além da óbvia diminuição de atitudes cooperativas em outras dimensões das relações internacionais.

O segundo aspecto consiste nas mudanças materiais e psicológicas decorrentes dos trágicos acontecimentos de terça-feira. Para países como o Brasil, tais mudanças serão ainda mais profundas. No curto prazo, haverá uma grande oscilação nos mercados de câmbio e de títulos da dívida pública de países

emergentes. Uma vez que a escassez de capital na economia brasileira implica a dependência de alto grau de liquidez no mercado internacional, o custo de rolagem da dívida externa denominada em dólar e o *spread* de risco associado ao Brasil e a empresas brasileiras deverá aumentar. Isso implicará a redução de investimentos estrangeiros, o agravamento do déficit no balanço de pagamentos e, em função do regime cambial vigente, uma maior depreciação do Real, causando distorções ainda maiores nos preços relativos. Afinal, segundo qualquer parâmetro razoável fundamentado no lado real da economia brasileira, o Real já esta excessivamente depreciado. Em outras palavras, no porvir o governo brasileiro enfrentará maiores dificuldades para implementar políticas monetárias e cambiais destinadas a reduzir a depreciação excessiva que ora observa a moeda brasileira. A esperança que resta aos brasileiros é que os investidores internacionais estejam mais dispostos a enfrentar riscos do que de hábito, e, ao buscarem aproveitar-se dos ganhos “artificiais” passíveis de serem auferidos nesta conjuntu-

ra de excessiva depreciação do Real, direcionem divisas para a economia brasileira, reequilibrando a oferta no mercado de divisas e promovendo uma apreciação da nossa moeda.

Isso só deverá acontecer, contudo, se os investidores privilegiarem o longo prazo. De concreto, no futuro previsível haverá um enxugamento da liquidez internacional e maior aversão a risco, ensejando um período de maior escassez relativa para economias emergentes; para a economia brasileira, a situação será ainda mais grave, face às incertezas decorrentes das indefinições relativas à continuidade do MERCOSUL e às próximas eleições parlamentares na Argentina. Em resumo, pelo menos até fins de outubro (quando saberemos das implicações das eleições argentinas) deveremos observar a retração de fluxos de investimento no Brasil, maiores oscilações no mercado de câmbio, com tendência à depreciação do Real, e uma contração ainda maior na Bolsa de Valores de São Paulo, sobretudo se o governo brasileiro não tiver a visão e a capacidade política de reduzir os encargos

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00 – Pessoa Jurídica: R\$ 60,00 – Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília-DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655

E-mail: ibri@unb.br <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do **IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

fiscais associados às operações de mercado aberto, em particular extinguindo a CPMF. Situações de crise exigem respostas políticas imediatas e eficientes. Lamentavelmente, não se pode esperar tal atitude de um governo que há sete anos arrasta idéias desconexas de uma reforma tributária tão necessária à sobrevivência de investidores, nacionais e estrangeiros, na economia brasileira.

O terceiro aspecto relevante é a possibilidade de cooperação entre as autoridades nacionais, possivelmente com o auxílio de organizações internacionais, em resposta às mudanças materiais e psicológicas decorrentes dos atentados do dia onze. Os dois primeiros sinais foram positivos. A OPEP garantiu manter os preços do petróleo Brent nos níveis estabelecidos em sua última reunião, a despeito de um possível aumento na demanda, causado pelo esforço de guerra a ser empreendido pelos países da OTAN. O já tradicionalmente positivo relacionamento entre os governos dos Estados Unidos e da Arábia Saudita encorajam previsões otimistas em relação à capacidade de se garantir a estabilidade dos preços do petróleo no mercado internacional, aliviando tensões inflacionárias que poderiam advir do empreendimento de expedições militares. O segundo sinal positivo foi a rápida e positiva articulação empreendida pelos bancos centrais dos Estados Unidos, do Japão e da União Européia, a despeito de suas urgências e necessidades circunstanciais, a saber, a redução do ritmo de atividade econômica (por motivos diversos, cabe lem-

brar) e suas implicações em cada uma das economias em que estes bancos centrais exercem suas respectivas jurisdições. Tais articulações são historicamente tão raras quanto positivas, e o que se observou nos últimos dias em termos de injeção de liquidez e de coordenação dos mercados cambiais foi impressionante, sugerindo que os governos terão competência suficiente para manter os mercados financeiros funcionando nos limites de incerteza tradicionais. Obviamente, isto não garante tranquilidade a quem quer que seja, mas, nas circunstâncias atuais, imaginar que os mercados financeiros não observarão instabilidades extraordinárias constitui motivo de regozijo.

Além dos primeiros sinais, positivos, cabe observar a reação dos consumidores. O esforço de guerra devesse gerar um choque de demanda, também positivo, mas limitado a setores específicos das economias. Caso os consumidores, em especial os americanos, reduzam seu consumo em função das incertezas que se afiguram, haverá problemas; caso eles decidam continuar a consumir, o efeito dos atentados terroristas, no que diz respeito à demanda no curto prazo, poderá até ser positivo. Depois haverá as dívidas de guerra, mas isso será um problema do futuro. Até lá, os que realizarem investimentos associados ao setor de segurança realizarão lucros no futuro próximo. Afinal, se a guerra traz sofrimento, destruição e morte, o mundo continua a ser dos vivos. Ou dos mais vivos, como costumava dizer o saudoso Aparício Torelli, o Barão de Itararé...



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial:

Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e Editoração Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – 9956-1028

Pós 11 de setembro de 2001 – Integração Econômica versus Estabilidade na Ásia-Pacífico

Paulo Antônio Pereira Pinto*

Já se tornou lugar comum dizer, a partir de 11.09, que se iniciou nova fase nas relações internacionais. Para a Ásia-Pacífico, nos próximos meses, dois eventos principais oferecerão oportunidade para reflexão sobre este ordenamento de instabilidade mundial e suas repercussões na área. Trata-se, em outubro, da reunião de cúpula da APEC, em Xangai, e do encontro da OMC, novembro, em Qatar, quando deverá ocorrer o ingresso da China (e Taiwan).

Até os acontecimentos devastadores do mês em curso, a possibilidade de réplica, na Ásia-Pacífico, de formas de governança e de organização de mercado, vigentes na orla norte-americana daquele oceano, fazia parte essencial da agenda de preocupações daqueles que acreditam que a globalização da economia, com seu “production sharing”, levaria à perpetuação do ordenamento internacional nos moldes desejados pelo Ocidente.

Para o observador local, no entanto, qualquer processo de integração, antes de tornar-se global, terá que passar, cada vez mais, por etapa de cooperação no âmbito da Ásia-Pacífico. Nesse nível regional, conforme analisado em colunas anteriores, a coincidência, entre uma nova fronteira econômica da RPC e

área de influência político-cultural histórica da China, provocaria a emergência de um novo paradigma, marcado pelo ressurgimento de hábitos e normas de

comportamento antigos, que voltariam a ser fator de agregação.

Segundo os que defendem a ótica de que os mecanismos de integração, nesta parte do mundo, serão ditados de fora, a APEC (foro para a Cooperação Econômica na Ásia-Pacífico) seria a associação regional de maior relevância, para tais fins. Fundada em novembro de 1989, na Austrália, foi apresentada por seus patrocinadores como um processo em direção a um consenso na Bacia do Pacífico, com vistas à edificação de política econômica que assegurasse o crescimento sustentado da região. Na prática, reflete objetivos dos EUA no sentido de manter a economia da área vinculada à norte-americana - uma espécie de versão prévia da Iniciativa das Américas que, em 1994, propôs termos semelhantes

em nosso continente. O Foro desperta enorme interesse, pois inclui as duas maiores economias do mundo, EUA e Japão, e a de maior potencial emergente, a China.

Ressalta-se, no entanto, que, até recentemente, o progresso da área era baseado em divisão do

“Na medida em que se a atual instabilidade mundial venha a levar esta parte do mundo a buscar uma moldura de estabilidade regional própria, novas formas de cooperação e integração, com forte embasamento em valores culturais herdados de um período de influência predominante chinesa, contribuirão para a manutenção do dinamismo na Ásia-Pacífico”.

* Paulo Antônio Pereira Pinto é diplomata de carreira. As opiniões expressas neste artigo são veiculadas a título pessoal e não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹ A respeito da tese de que estaria sendo gerada uma Terceira Revolução Industrial, na Ásia-Pacífico, o Embaixador Amaury Porto de Oliveira elaborou uma série de estudos, entre os quais a Série Assuntos Internacionais - 21, publicada pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, em abril de 1992.

trabalho com forte componente vertical e dependência tecnológica excessiva do Japão. Tratava-se do modelo descrito como “flying geese”, em que os japoneses forneciam investimentos, bens de capitais, tecnologia e artigos de consumo sofisticados, em troca de energia, recursos naturais, alimentos e manufaturados de pequeno valor agregado – de preferência produzidos por subsidiárias japonesas ou suas “joint ventures”¹.

Uma ordem econômica regional distinta está sendo criada, contudo, a partir de dinâmica regional própria, com o surgimento de novos pólos, em torno dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais reajustes são evidentes no aparecimento de formas de relacionamento econômico inovadoras, que incluem esquema de competição/complementariedade entre o Japão, novas economias industrializadas, ASEAN e partes da China.

Verifica-se, ademais, que, mesmo não pretendendo tornar-se um bloco comercial fechado, a Ásia-Pacífico tende, cada vez mais, a usufruir de auto-suficiência. Isto porque, os asiáticos, com o auxílio fundamental dos consumidores chineses, começam a tornar-se, gradativamente, o maior mercado para seus próprios produtos – em detrimento de seu intercâmbio com o resto do mundo – seja absorvendo crescente parcela das exportações japonesas e dos tigres asiáticos, seja através de mecanismos de integração sub-regionais ou ainda em virtude do deslocamento dos capitais dos chineses de ultramar.

Dessa forma, na medida em que se a atual instabilidade mundial venha a levar esta parte do mundo a buscar uma moldura de estabilidade regional própria, novas formas de cooperação e integração, com forte embasamento em valores culturais herdados de um período de influência predominante chinesa, con-

tribuirão para a manutenção do dinamismo na Ásia-Pacífico.

Isto é, tradicionalmente, a influência criada pela China, ao Sul de suas fronteiras, era expressa por sua incontestável superioridade em termos de organização política e social de produção de normas éticas e procedimentos executados exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre as nações. Não se procurava o domínio econômico ou a conquista territorial dos estados vizinhos, com o emprego da força. Como resultado, áreas que incluem hoje Hong Kong, Macau, Taiwan e o Sudeste Asiático, tinham a percepção constante de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida.

Verifica-se, portanto, que mecanismos muito peculiares poderão servir de cimento para a estabilidade futura das sociedades da Ásia-Pacífico. Estes não se resumiriam à réplica de práticas de economia de mercado, nos moldes anglo-saxões, que permitiriam a expansão da “production sharing”, decorrente da livre circulação dos atores econômicos mundiais, para o estabelecimento de formas de governança nos moldes do vencedor da Guerra Fria.

Tal evolução ocorreria com a preservação de valores culturais que garantiriam uma base de sustentação de novo modelo, a ser consolidado a partir do ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que permitiriam às diferentes sociedades civis da área recuperarem a capacidade de perceber o meio em que vivem como parte da proteção de suas aspirações e interesses individuais e coletivos.

Na prática, poderia criar um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, tendo laços culturais como sustentação, em oposição ao exercício da força. Estabelecer-se-ia, assim, nova bipolaridade ideológica mundial.

